

Líder prevê aprovação

30

AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo na Câmara, deputado Nélson Marchezan, disse anteontem em **Porto Alegre** que há grandes possibilidades de aprovação da emenda Theodoro Mendes — que estabelece eleição direta para presidente em dois turnos — no Congresso Nacional. Ao avaliar as condições de aprovação da matéria, Marchezan frisou que, neste momento, são bem maiores as chances de um resultado favorável do que quando foi votada a emenda Dante de Oliveira.

Segundo o líder, o PDS não tem uma posição oficial a respeito, uma vez que o presidente do Congresso, senador Moacyr Dalla, ainda não decidiu quando a emenda será colocada em votação. O deputado também não quis revelar como votaria, caso a emenda Theodoro Mendes seja colocada em deliberação, uma vez que continua indefinido com relação à sucessão presidencial.

Também em **Porto Alegre**, o governador Jair Soares (PDS) declarou-se favorável à emenda Theodoro Mendes e também disse acreditar que a proposta dispõe de grandes possibilidades de aprovação. Na sua opinião, as diretas já seriam uma resposta à esmagadora maioria do povo brasileiro, que deseja escolher o próximo presidente da República.

Jair Soares condenou as pres-

sões sobre o senador Moacyr Dalla para que a emenda seja colocada em votação: "Num regime democrático não deve haver esse tipo de pressão". O governador entende, também, que Dalla deveria esclarecer ao povo brasileiro os motivos reais que o levaram a um prolongado encontro com o ministro do Exército, Walter Pires, na semana passada.

Já o senador Pedro Simon acha que só "por um ato de arbitrio, de força, de violência", no qual não acredita, Moacyr Dalla deixará de incluir a emenda Theodoro Mendes na ordem do dia do Congresso. Simon assinalou ontem, em **Porto Alegre**, que o parecer unânime da Comissão de Constituição e Justiça do Senado favorável à discussão e votação da matéria dissipou qualquer dúvida que ainda pudesse haver nesse sentido. Na pior das hipóteses, observou, o senador terá de transferir ao plenário do Congresso a decisão. De qualquer modo, acentuou, se o presidente do Congresso adotar uma medida arbitrária, será impetrado um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal: "Mas preferimos acreditar que isso não será necessário" — comentou.

Pedro Simon sustentou que até mesmo para o governo e o PDS seria interessante restabelecer o pleito direto, pois aumentaria suas chances de vitória, devido a uma eventual divisão das oposições.